



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



A FIGURA



A 'lição' de Cadilhe

O presidente da Sociedade Lusa de Negócios, que detém o Banco Português de Negócios (BPN), entrou a 'todo o gás' na instituição. em menos de seis meses, Miguel Cadilhe traçou um plano de reestruturação do grupo, anunciou um aumento de capital, a venda de activos não estratégicos e começou a preparar o terreno para a entrada de um novo accionista. O ex-ministro das Finanças já sabia que o banco estava a ser investigado no âmbito da 'Operação Furacão' e, com o pragmatismo que lhe é reconhecido, anunciou a abertura de auditorias externas ao grupo. O resultado foi conhecido esta semana, com a instituição a anunciar ter detectado indícios de crimes financeiros por parte de três quadros superiores, contra os quais Miguel Cadilhe fez queixa ao Ministério Público. Neste curto período, o economista nortenho tem trabalhado, portanto, ao ritmo de um verdadeiro 'furacão', bem mais rápido do que as autoridades que supervisionam a banca e o mercado, onde já antes tinham chegado queixas de quadros do grupo durante anos gerido por José Oliveira e Costa. Miguel Cadilhe está, por isso, de parabéns. Por isso e por outro motivo: conhecendo bem o sistema e a crise em que está mergulhado, o ex-ministro sabe que o mais importante, nesta fase, é restabelecer a confiança, porque, sem ela, não só não consegue recuperar o grupo que lidera, como não segura clientes actuais, nem conquista novos. A rapidez com que tem actuado deve servir de 'lição' aos reguladores do sector e do mercado, que nem sempre têm agido com a celeridade necessária em casos ainda mal explicados no sistema bancário português. Cadilhe é, com justiça, um bom exemplo a seguir:

Ricardo David Lopes

Cadilhe não parou desde que entrou no BPN. Um 'furacão' que dá o bom exemplo a todos



Aumento de capital do BPN



João Paulo Dias

Miguel Cadilhe montou uma operação de reforço de capitais em três fases. A segunda foi adiada devido às condições de mercado.

Accionistas adiam reforço na SLN

MAU MOMENTO do mercado faz deslizar encaixe de 100 milhões.

A situação não está fácil para Miguel Cadilhe. A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) adiou, por um mês, o prazo para o pagamento da segunda 'tranche' do aumento de capital da instituição, no valor de 100 milhões de euros. Fonte oficial da SLN, que detém o Banco Português de Negócios (BPN), confirmou ao Diário Económico esta informação, justificando o adiamento do pagamento com o "actual momento do mercado". Ou seja, os accionistas estão a ter dificuldade em cumprir com a injeção de dinheiro, decidida em Julho.

Em causa está uma das 'tranches' da "Operação Cabaz", que tem como objectivo reforçar o capital da SLN. Esta operação consistia num aumento de

■ OPERAÇÃO CABAZ

Conjugação de aumento de capital e de venda de acções próprias a accionistas prevê encaixe de 300 milhões.

capital e na venda de acções próprias da instituição, somente a accionistas, garantindo um encaixe no valor total de 300 milhões de euros. A subscrição das acções terminou a 1 de Agosto, mas o pagamento tem três fases, de 100 milhões cada: a primeira, que já foi cumprida; a segunda, cujo prazo terminava hoje; e uma terceira, com pagamento limite no final de Março de 2009. Devido às dificuldades do mercado de crédito, o prazo da segunda 'tranche' foi adiado um mês, tendo os accionistas até 30 de Novembro para a cumprir. ■ **Tiago Freire**



Fitch preocupada com lucros e capital do BPN

A agência colocou a dívida com um 'outlook' negativo.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

A agência de notação financeira Fitch baixou ontem o 'outlook' do Banco Português de Negócios (BPN) para "negativo", apesar de manter inalterado o 'rating' de 'BBB' no longo prazo. Ao mesmo tempo, a curto prazo, reafirmou o 'rating' 'F3'.

"Fraco desempenho do grupo no primeiro semestre deste ano e os baixos níveis de capitalização" são as principais fontes de preocupação da Fitch. A alteração no 'outlook' pode encarecer a obtenção de financiamento junto do mercado de dívida.

Para além de apontar o dedo à saúde financeira do grupo, a agência de notação começa por invocar a difícil conjuntura de mercado em que Miguel Cadilhe e a sua equipa assumiram a presidência do grupo, em Junho deste ano. Uma das primeiras medidas do novo conselho de administração foi anunciar um processo de reestruturação e valorização da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o BPN. "A primeira medida do grupo foi emendar os fundos de investimento e imobiliários em incumprimento, de forma a não afectar a reputação do grupo e a consolidar as diversas entidades da casa-mãe", explica a agência. Esta medida teve um "impacto negativo sobre a rentabilidade e a solvência".

Recorde-se que o processo de reestruturação arrancou com a "operação cabaz", que compreendia um aumento de capital da SLN e a venda de acções próprias. Para além

disso, o processo de valorização do grupo compreende ainda a abertura do capital do BPN, bem como a venda dos activos não estratégicos e dos "extravagantes".

Apesar da agência alertar para "sinais de agravamento da qualidade dos activos", avança que a revisão do 'outlook' ficará dependente da apresentação de contas do terceiro trimestre, que permitirão avaliar o desempenho do grupo, e de mais informações sobre o aumento de capital. ■

"Fraco desempenho do grupo no primeiro semestre deste ano e baixos níveis de capitalização", diz a Fitch.



Miguel Cadilhe, presidente do BPN



Banca. Silêncio é palavra de ordem na Sociedade Lusa de Investimento, 'holding' que detém o Banco Português de Negócios. O aviso aos funcionários foi feito ontem pelo presidente do grupo, Miguel Cadilhe, frisando que as denúncias ao Ministério Público na terça-feira estão em segredo de justiça

'Ordem para calar' no grupo que detém o BPN

'Holding' admite interpor acções cíveis contra antigos administradores

LICÍNIO LIMA

Está declarada a lei da rolha na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), holding que detém o Banco Português de Negócios (BPN). Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças e actual presidente do Grupo, fez circular ontem um ofício por todos os funcionários a impor o silêncio sobre as denúncias feitas na terça-feira ao Ministério Público (ver DN de ontem), relativas a fraudes praticadas na instituição, lembrando que se trata de um assunto em segredo de justiça. Entretanto, todas as irregularidades que terão sido cometidas sob a liderança de José Oliveira e

Banco de Portugal já instaurou três contra-ordenações

Costa, o ex-presidente que renunciou ao cargo em Fevereiro, poderão ir parar aos tribunais cíveis com pedido de indemnização aos antigos administradores, apurou o DN.

A iniciativa de Miguel Cadilhe tornou mais difícil o acesso à informação. Mas, ao que o DN apurou, o Grupo não se irá ficar apenas pelo processo-crime aberto na terça-feira no Departamento Central de Investigação Penal (DCIAP), visando concretamente três altos quadros suspeitos de alegados actos de gestão danosa. O objectivo é ir mais além e, simultaneamente, interpor processos cíveis para con-

seguir indemnizações que compensem os prejuízos já apurados. Tal como o processo crime, accionado a partir de auditorias externas mandadas realizar em Junho por Miguel Cadilhe, em que estará em causa actos de gestão danosa, também as acções cíveis serão devidamente direccionadas, com pessoas e situações de eventuais fraudes identificadas.

Conforme noticiou ontem o DN, a queixa crime apresentada pela SLN já refere o nome de três pessoas, sobre as quais deverão incidir as investigações a cargo do DCIAP, podendo ser constituídas arguidas a qualquer momento. Porém, a alegada gestão fraudulenta nas várias empresas do Grupo já tinha sido denunciada pelo próprio Banco de Portugal (BdP).

Em Janeiro, este regulador terá posto em dúvida a relação entre o BPN e algumas sociedades *offshores*, além de ter sido detectado um elevado nível de crédito

malparado por reconhecer, parte do qual ligado a financiamentos concedidos a grandes investidores. As auditorias dão conta, também, que, nos últimos anos, o capital do banco, com 225 mil clientes, terá estado a ser sustentado por fundos próprios, o que afectava o valor da instituição e alterava a composição do capital. Segundo Miguel Cadilhe, o BdP já instaurou três contra-ordenações na sequência das investigações iniciadas há meses ao universo SLN.

O banco é também um dos que estão a ser investigados no âmbito da Operação Furação, cujo processo continua sem acusação. ■



Miguel Cadilhe avisou que as denúncias ao MP estão em segredo de justiça

NOTAÇÃO BAIXA

Agência de 'rating' Fitch diz que só no final do ano espera ver efeitos positivos da actual política da administração do BPN

A agência de notação financeira (*rating*) Fitch baixou ontem a sua notação para a dívida de longo prazo do BPN, atribuindo-lhe uma qualidade de 'C', em termos individuais, e de triplo 'B' em termos de grupo. A Fitch refere que esta sua decisão tem em linha de conta a "fraca prestação do grupo na primeira metade de

2008". A agência refere que algumas das acções da nova administração do BPN, que tomou conta do banco "em circunstâncias de mercado difíceis", teve como finalidade "redimir vários fundos mutualistas e imobiliários que estavam numa situação de perda". Mas isso teve "um impacto negativo na solvabili-

de e capacidade de gerar lucros", refere a Fitch, citada pela Reuters. Diz ainda que "existem sinais de que a qualidade dos activos piorou". A Fitch assume, contudo, que os planos da administração liderada por Miguel Cadilhe para aumentar o capital do banco deverão ter efeitos positivos "já no final do ano".



EDITORIAL

A iniciativa de Cadilhe, os incumpridores e o fisco

A decisão de pedir ao Ministério Público que investigue eventuais crimes financeiros praticados por altos quadros do grupo BPN, só mostra que Miguel Cadilhe leva muito a sério o princípio sobre o qual assenta a actividade de um banco, a confiança. Confrontado com indícios incriminadores apurados por uma auditoria externa, encomendada pela nova direcção do grupo, Cadilhe não hesitou em comunicar ao acusador público tudo o que chegou ao seu conhecimento. Boa tática empresarial, dir-se-á, com razão. Mas também, actuação pronta em defesa do bem público, da confiança dos clientes e parceiros de negócio do BPN. Decisão empresarial e de princípio, que estanca boatos que só perduram em clima de ambiguidade.

Por contraste, chocam os números divulgados pelo fisco no quadro da operação "Resgate Fiscal": 21 247 administradores e gerentes de

33 509 empresas acabam de ser notificados para regularizar infracções graves, que consistem em apropriar-se dos descontos do IRS dos seus trabalhadores ou do IVA pago pelos clientes das empresas, em vez de os transferir na altura devida aos cofres do Estado. É chocante a dimensão do abuso repetido – punido até três anos de cadeia – e, pelos vistos, praticado com grande desfaçatez. A informática tornou tudo isto muito mais transparente, mas nada pode substituir a consciência do dever cívico. E essa não deve enraizar-se, apenas, por medo à eficiência e eficácia que os serviços fiscais vêm exibindo.

Dever de cumprir não deve enraizar-se só pela repressão

A presidente da Câmara de Ponta Delgada anunciou ontem, finalmente, a sua candidatura à liderança do PSD/Açores. Durante estes anos todos em que retirar o poder aos socialistas pareceu uma cruzada impossível, Berta Cabral recusou sempre avançar para o lugar, apesar de apelos contínuos de quem via nela a salvadora da pátria social-democrata açoriana. Com enorme popularidade alcançada enquanto presidente da Câmara de Ponta Delgada, e obra para apresentar, Berta Cabral era a candidata natural a um cargo que foi trucidando sucessivos líderes incapazes de retirar a César qualquer fatia substancial de poder. Álvaro Dâmaso, Costa Neves, Vitor Cruz, outra vez Costa Neves, foram as vítimas da incapacidade de de um partido órfão com a

Berta Cabral avança quando Carlos César tem de abandonar

partida de Mota Amaral, depois de quase duas décadas de maioria absoluta. Berta quis esperar: avança quando já não existe a possibilidade de Carlos César se recandidatar e o clima, em 2012, será favorável à mudança de ciclo. Será novamente candidata à Câmara de Ponta Delgada, o melhor dos lugares para fazer campanha e mostrar alternativas de governo. Um dado adicional: é no partido que é contra as quotas, o PSD, que há uma mulher na liderança do partido nacional e outra candidata à chefia do partido regional. Mesmo que, por vezes, o PS pareça mais combativo nos discursos sobre igualdade de género, é no PSD que as mulheres conquistam o acesso efectivo a cargos de poder. ■



BPN pede à Procuradoria que investigue gestão anterior

Cristina Ferreira

A administração da SLN/BPN entregou resultados de auditoria independente às autoridades

● A auditoria extraordinária realizada pela Deloitte ao grupo Sociedade Lusa de Negócios/Banco Português revelou várias irregularidades que levaram a actual administração, liderada por Miguel Cadilhe, a participar os factos apurados ao Ministério Público para que este proceda a investigações mais detalhadas. Em causa está a suspeita de eventuais actos de gestão danosa realizados durante a gestão anterior encabeçada por José Oliveira e Costa.

Miguel Cadilhe veio ontem informar, através de comunicado, que a administração da SLN/BPN "esteve reunida com as autoridades competentes, tendo sido recolhidos os relatórios das ditas auditorias e bem

assim alguns documentos com elas relacionados". Na sequência, diz, a administração deliberou "participar um conjunto de factos à Procuradoria-Geral da República de modo a que os mesmos sejam devidamente investigados".

A contratação da Deloitte para auditar a actividade do grupo ocorreu no início do Verão, quando Cadilhe tomou posse como CEO, e inscreveu-se no quadro do relançamento do grupo, que envolve a venda de activos e o reforço de capitais próprios,

através de uma operação de aumento de capital e de venda de acções próprias (*Operação Cabaz*) destinada a levantar junto dos accionistas e do mercado 300 milhões de euros para reforçar a solidez da instituição.

Para além da PGR, o BPN tem estado nos últimos anos sob a mira das autoridades de supervisão dos mercados financeiros e bolsista, Banco de Portugal e CMCM, por alegada má gestão, não estando as deficiências relacionadas com a crise dos mercados internacionais.

Nos últimos anos, o capital do banco, que possui 225 mil clientes, esteve a ser sustentado mediante recurso a fundos próprios, o que afectava o valor da instituição e alterava a composição do capital. Para além do elevado nível de crédito malparado por reconhecer, parte do qual ligado a financiamentos concedidos a grandes investidores, detectou-se um movimento de transferência de perdas do BPN para veículos *off-shore*, detidos por accionistas e que não constavam dos relatórios oficiais.

Banca. Miguel Cadilhe mandou realizar auditorias à Sociedade Lusa de Negócios após ter assumido, em Junho, a presidência daquela 'holding' detentora do BPN. Os vários crimes financeiros detectados foram ontem denunciados ao Ministério Público com queixas contra três quadros superiores

Cadilhe denuncia quadros por alegados crimes no BPN

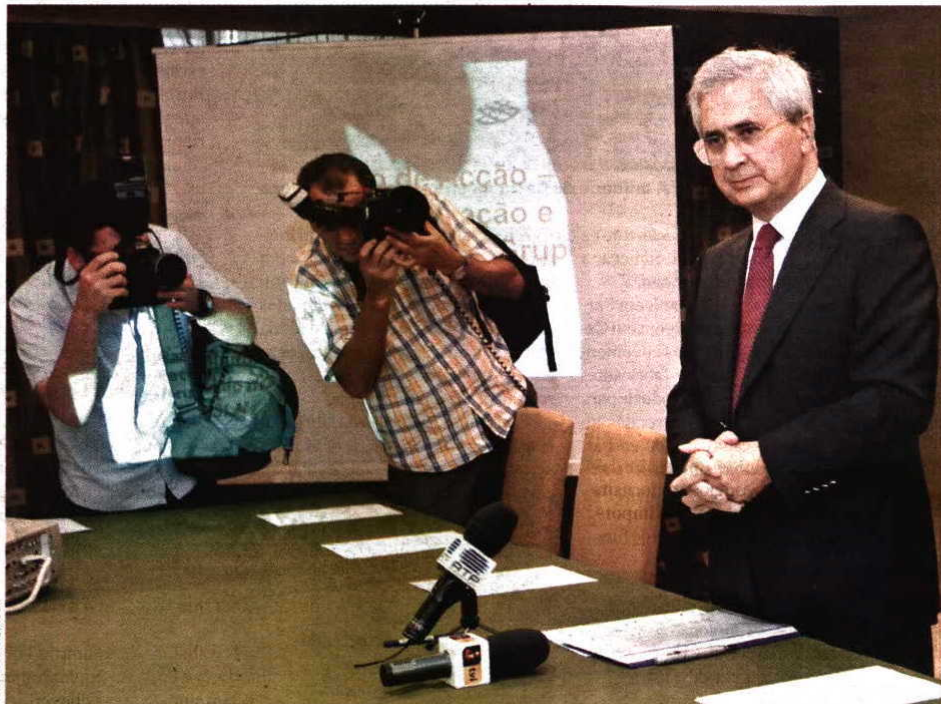
Responsáveis do grupo reuniram com magistrados

LICÍNIO LIMA

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a holding que detém o Banco Português de Negócios (BPN), e que é presidida pelo antigo ministro das Finanças Miguel Cadilhe, chamou ontem o Ministério Público (MP) à sede daquele banco e denunciou os vários crimes financeiros que alegadamente estão a ser praticados no seio do grupo. Ao que o DN apurou, pelo menos três quadros superiores foram desmascarados como estando por trás de alegadas situações criminosas.

O Ministério Público (MP) esteve representado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), dirigido pela procuradora-geral adjunta (PGA), Cândida Almeida, que já está a investigar o BPN no âmbito da "Operação Furação", estando também presente uma equipa da Polícia Judiciária (PJ) que está destacada naquele organismo da Procuradoria-Geral da República (PGR). Hoje, a magistrada vai reunir-se com o procurador-geral da República, Manuel Pinto Monteiro, devendo este assunto ser abordado.

A reunião realizou-se no seguimento das auditorias externas a todo o grupo mandadas realizar em Junho por Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças, logo após este ter tomado posse como presidente da holding SLN. Os relatórios finais elaborados pela empresa de consultoria Deloitte dão conta de vários crimes financeiros praticados no seio do grupo, nomeadamente no BPN. Segundo uma fonte do DN, foram focadas na reunião várias situações concre-



Antigo ministro das Finanças faz 'limpeza' no grupo que detém o BPN

200
milhões de euros

foi a verba pedida pelo BPN à Caixa Geral de Depósitos perante a falta de liquidez

135
milhões de euros

é o valor que a gestão procura junto de novos accionistas para reforçar o banco

tas, identificando-se pessoas com elas relacionadas. Ao que o DN apurou, a SLN apresentou queixa contra três quadros que exerciam funções superiores.

Com as queixas já formalizadas, e de posse dos relatórios das auditorias, o DCIAP tem, assim, o trabalho facilitado e vai, agora, aprofundar as investigações já iniciadas quer no âmbito da "Operação Furação" quer no âmbito de outras queixas que entretanto foram surgindo envolvendo o BPN.

Em Maio, quadros superiores do BPN, sob anonimato, já tinham denunciado ao Banco de Portugal, à

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e ao Ministério Público várias situações alegadamente indicárias da prática de vários crimes financeiros. Todas aquelas instâncias já se encontravam no terreno a investigar. Também o Instituto de Seguros de Portugal tem estado atento aos investimentos da Real Seguros, a seguradora do grupo SLN.

Entre os vários alegados ilícitos, segundo apurou o DN, há níveis elevados de crédito malparado não reconhecido, transferência de perdas do BPN para *offshores* e accionistas que adquiriram títulos da holding com financiamento do BPN, via

offshores. Desde a saída da anterior administração liderada por José Oliveira Costa, em Fevereiro, que as autoridades de supervisão abriram processos de investigação relativos à utilização abusiva de *offshores*.

Ontem, ao fim da tarde, a SLN anunciou ter pedido à PGR que investigue um conjunto de factos apurados na sequência de auditorias externas feitas ao grupo.

Uma curta nota referia que a administração do grupo "esteve reunida com as autoridades", tendo estas recolhido os relatórios das auditorias externas bem como documentação relacionada com as mesmas. ■

O INÍCIO DA 'OPERAÇÃO FURAÇÃO'

➔ O Banco Português de Negócios (BPN) é um dos bancos que, juntamente com o BES, BCP e Finibanco, é investigado desde Outubro de 2005 no âmbito da "Operação Furação", que averigua suspeitas de crime de fraude fiscal e branqueamento de capitais.

➔ Em Setembro, o presidente da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN, Miguel Cadilhe, confirmou que o Banco de Portugal instaurara quatro contra-ordenações na sequência de investigações feitas ao grupo.



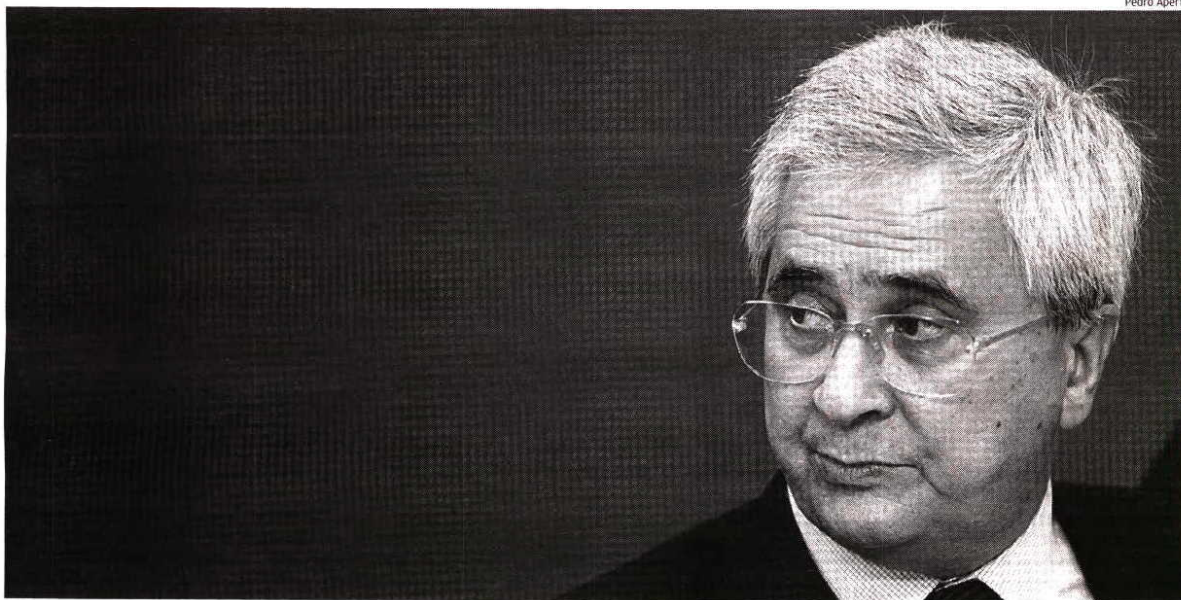
ID: 22507209

24-10-2008

CRISE FINANCEIRA

BPN admite fechar fundo conservador após perdas de 27% no último ano

Queda é mais de quatro vezes superior à média da classe



Pedro Aperta

Miguel Cadilhe | O ex-ministro das Finanças está há cinco meses na presidência do Banco Português de Negócios.

IMPACTO DA CRISE NAS CARTEIRAS

-27,12%

Rendibilidade em 12 meses do BPN Conservador.

-5,98%

Desempenho médio dos fundos da mesma classe no último ano.

-11,2%

Retorno em 12 meses do segundo pior fundo da classe - BPI Taxa Variável.

Patrícia Silva Dias
patriciadias@medialafin.pt

Mais de um ano de crise nos mercados financeiros está a penalizar o património dos fundos de investimento nacionais, não só pela via da desvalorização dos activos mas ainda pelo nível de resgates sem precedentes. Mesmo os fundos considerados de menor risco, como os que investem no mercado de dívida, estão a ser afectados. É, justamente, esse o caso do BPN Conservador, o pior fundo português de obrigações no último ano, com uma perda superior a 27%. O BPN admite que a liquidação deste fundo é uma possibilidade.

“É uma hipótese [a liquidação do BPN Conservador] que poderemos considerar se nos parecer a mais adequada à defesa dos interesses dos clientes”, admite, ao **Negócios**, o director do BPN Gestão de Activos, Luís

Castro Silva.

A ocorrer, seria a segunda vez que um banco nacional optaria pela liquidação de um fundo desde o início da turbulência financeira, depois de o BPI ter decidido fechar o BPI Renda Trimestral, em Setembro de 2007, devido à incerteza face à instabilidade financeira.

No espaço de 12 meses, o BPN Conservador desvaloriza 27,12% e



É uma hipótese [a liquidação] que poderemos considerar se nos parecer a mais adequada à defesa dos interesses dos clientes.

Luís Castro Silva
Director do BPN Gestão de Activos

é o pior fundo da classe em que se insere (obrigações taxa indexada euro), a qual regista uma perda média de 5,98%, segundo os últimos dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento (APFIPP), de 17 de Outubro. Luís Castro Silva explica a perda “com a necessidade de satisfazer o elevado volume de resgates, situação que tem forçado a venda de activos num mercado extremamente ilíquido”.

Só em resgates brutos pelos investidores, o BPN Conservador perdeu 171,6 milhões de euros desde Agosto de 2007, mês marcado pelo início da crise. E porque as novas adesões foram insuficientes para compensar esta saída de capital, as subscrições líquidas acumuladas desde então têm um saldo negativo de 128,69 milhões de euros.

O balanço entre fluxos de entrada e de saída poderia ser mais nega-

tivo, caso a instituição não tivesse incorporado no BPN Conservador, outro fundo da mesma classe, o BPN Renda Mensal, em Junho, um fundo de características idênticas ao BPI Trimestral. Segundo Luís Castro Silva, a incorporação “deveu-se ao nosso entendimento que, neste ambiente de mercado, não seria realista nem estaria em linha com a defesa dos melhores interesses dos clientes, manter um fundo com expectativa de distribuição mensal de rendimentos”.

O fundo tem mais de metade do património aplicado em obrigações de taxa variável euro, podendo investir também noutra tipo de dívida, como obrigações hipotecárias. Precisamente o tipo de instrumentos que está na origem da actual crise. Questionado sobre se houve um excesso de exposição ao mercado hipotecário e aos chamados activos “tóxicos”, o responsável do BPN esclareceu: “O

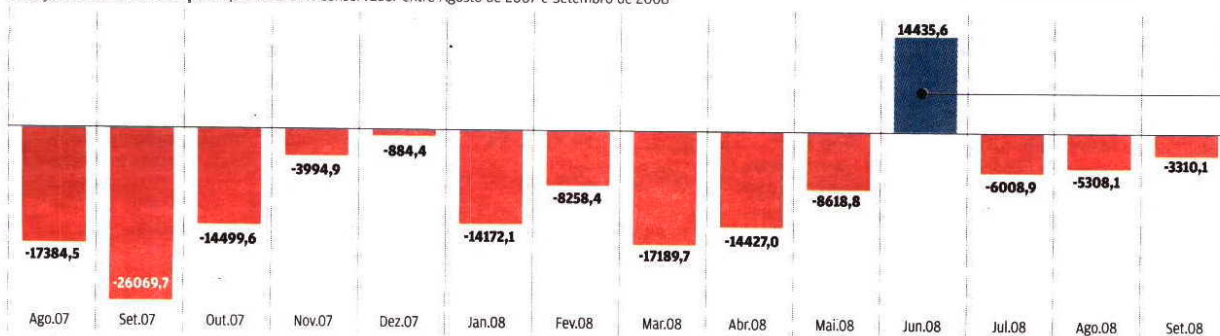
fundo, como outros da sua classe, detém títulos que estão a sofrer mais que as obrigações ditas comuns e que são também os mais ilíquidos.”

Apesar das perdas, o BPN Conservador é considerado um fundo de baixo risco. Na descrição do perfil do investidor, informação obrigatória a constar do prospecto, pode ler-se: “O fundo adequa-se a clientes com um perfil conservador face ao risco, que privilegiem a baixa volatilidade de cotações e a reduzida probabilidade de desvalorização do capital investido. É esperado que a rentabilidade do fundo seja estável e aproximada das taxas de juro dos mercados monetários”.

Quanto aos riscos do investimento, o documento refere o risco de crédito, taxa de juro, cambial e do país emitente da dívida, sendo que “o fundo não cobrirá os dois primeiros riscos de forma sistemática”.

Os subscritores do BPN Conservador resgataram mais de 128 milhões de euros em 13 meses de crise financeira

Evolução mensal das subscrições líquidas do BPN Conservador entre Agosto de 2007 e Setembro de 2008



Junho foi o único mês positivo em subscrições, desde o começo da “onda” de resgates iniciada no Verão passado. Situação que se ficou a dever à incorporação por fusão de um outro fundo da mesma classe, o BPN Renda Mensal, a 23 de Junho. A carteira do BPN Conservador estava avaliada em 31,48 milhões de euros, no final de Setembro.

Fonte: Relatórios mensais da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP).

BPN intensifica actividade em França

O Banco Português de Negócios (BPN) abriu mais uma agência em França, nos arredores de Paris. O banco dá mais um passo importante na sua estratégia de expansão no mercado francês. Naquele país passa agora a contar com cinco agências.

A sucursal França do BPN tem demonstrado uma evolução positiva, ainda que se trate de uma pequena estrutura, com uma forte solidez e boa rentabilidade. Até Agosto, garantiu um resultado de exercício de 333 mil euros. Desenvolve a sua actividade, sobretudo, no âmbito de soluções financeiras específicas e aconselhamento profissional, no que respeita a aplicações de poupanças da comunidade portuguesa em França.



ID: 22355137

12-10-2008



SUSPEITA. Francisco Louçã acusou a Caixa Geral de Depósitos de ter injectado 200 milhões no BPN, "o banco de Dias Loureiro e Miguel Cadilhe", disse, "não para salvar os depósitos, que têm de ser sempre protegidos, mas para salvar investimentos na penumbra do jogo financeiro".

Cinco empresas interessadas na Real Seguros

Decisão de venda será tomada até final de Novembro.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) tem cinco interessados na compra da Real Seguros, adiantou fonte oficial do grupo ao Diário Económico. A 'holding' não adianta, no entanto, os nomes dos candidatos que apresentaram propostas não vinculativas de aquisição das companhias vida e não vida da SLN. Entre os interessados estão, pelo menos, Açoreana e Liberty, que assumiram publicamente a vontade de comprar as seguradoras.

O grupo quer concluir o processo de venda das seguradoras Vida e Não Vida até ao próximo mês. "O objectivo é ter o processo fechado até final do mês de Novembro", adiantou também a mesma fonte oficial. Fechada a fase de entrega de propostas, vai seguir-se agora a selecção de uma 'short-list' de possíveis compradores. O Efisa, banco de investimento da SLN, é quem está a conduzir directamente o processo.

Nova injeção no BPN

Parte do encaixe obtido com a venda da Real Seguros poderá ser utilizado na injeção de capital no Banco Português de Negócios (BPN).

O BPN tem

Miguel Cadilhe,
presidente da SLN



hoje fragilidades que vêm do passado e tem, por outro lado, de fazer face a uma crise financeira sem precedentes. Por isso, todos os meios são bons para reforçar a solidez do banco.

A juntar à provável canalização de parte do encaixe da venda dos seguros, uma boa parcela da segunda tranche de 100 milhões de euros do aumento de capital da SLN irá para o BPN. Segundo apurou o Diário

Parte do encaixe da venda da Real servirá para reforçar capital do BPN. A SLN fará também nova injeção de 80 milhões.

Económico, deverão ser injectados mais de 80 milhões no banco, à semelhança do que foi feito com a primeira 'tranche' do aumento de capital da SLN.

O grupo tem ainda em curso um processo de abertura do capital do

BPN em até 45%.

Fonte oficial da SLN explica que as injeções de capital não

são incompatíveis com a futura entrada de um parceiro e que, pelo contrário, pode favorecer esse processo. ■

SLN estuda venda do Brasil

■ A SLN está a estudar a hipótese de vir a alienar a actividade que possui no Brasil, onde está presente sobretudo com o BPN Brasil, detido em parceria com o angolano BAI, que detém cerca de 20% da instituição. Segundo apurou o Diário Económico, surgiram interessados, "grupos estrangeiros" que estarão a olhar para o banco do grupo no mercado brasileiro. Não sendo conhecidos nomes, uma das possibilidades dentro de potenciais investidores estrangeiros poderá ser, eventualmente, o próprio BAI. O BPN Brasil opera desde 2003 na área da banca de investimento.



ID: 22290764

07-10-2008

SLN injecta 80 milhões no capital do BPN

GRUPO JÁ INVESTIU quase 100 milhões no BPN, no Banco Efisa e na Real Vida Seguros.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

O Banco Português de Negócios (BPN) fez um aumento de capital de 80 milhões de euros, integralmente subscrito pelo seu accionista Sociedade Lusa de Negócios (SLN). A operação, feita muito recentemente, passou pela emissão de 76 milhões de novas acções, a 5 euros cada. O capital do BPN subiu para os 380 milhões de euros.

Este reforço acontece cerca de um mês depois de Miguel Cadilhe, presidente da SLN, ter anunciado, em conferência de imprensa, a sua intenção de proceder a um reforço do capital do BPN, a fazer ainda este ano.

Contactado o grupo, fonte oficial explicou que esta injeção de capital no banco resultou do encaixe obtido com o aumento de capital, de 300 milhões de euros (Operação Cabaz), feito recentemente pela SLN.

Este reforço de 80 milhões é, por isso, independente da operação de financiamento do BPN e disperso por accionistas de referência de até 45% do capital anunciada em Setembro por Cadilhe. Esse processo está a ser liderado pelo banco de investimento Morgan Stanley. A operação, a designar por 'BPN 100%', será destinada, numa primeira fase, a clientes, colaboradores e accionistas da SLN e, numa segunda, a accionistas de referência, explicou então a equipa de Cadilhe. A operação está prevista para 2008. O Diário Económico questionou o grupo no sentido de perceber a razão destas duas operações de reforço num tão curto espaço de tempo mas não obteve resposta até ao fecho da edição.

Em curso

Aumento de capital da SLN ('Operação Cabaz'): primeira tranche (100 milhões) foi realizada em Agosto e a segunda e terceira, de 100 milhões cada, ocorrerão no final de Outubro e Março de 2009.

Novo aumento de capital do BPN ('BPN 100%'): a carga da Morgan Stanley, implicará a dispersão de até 45% do capital a novos accionistas e deverá acontecer até ao final do ano

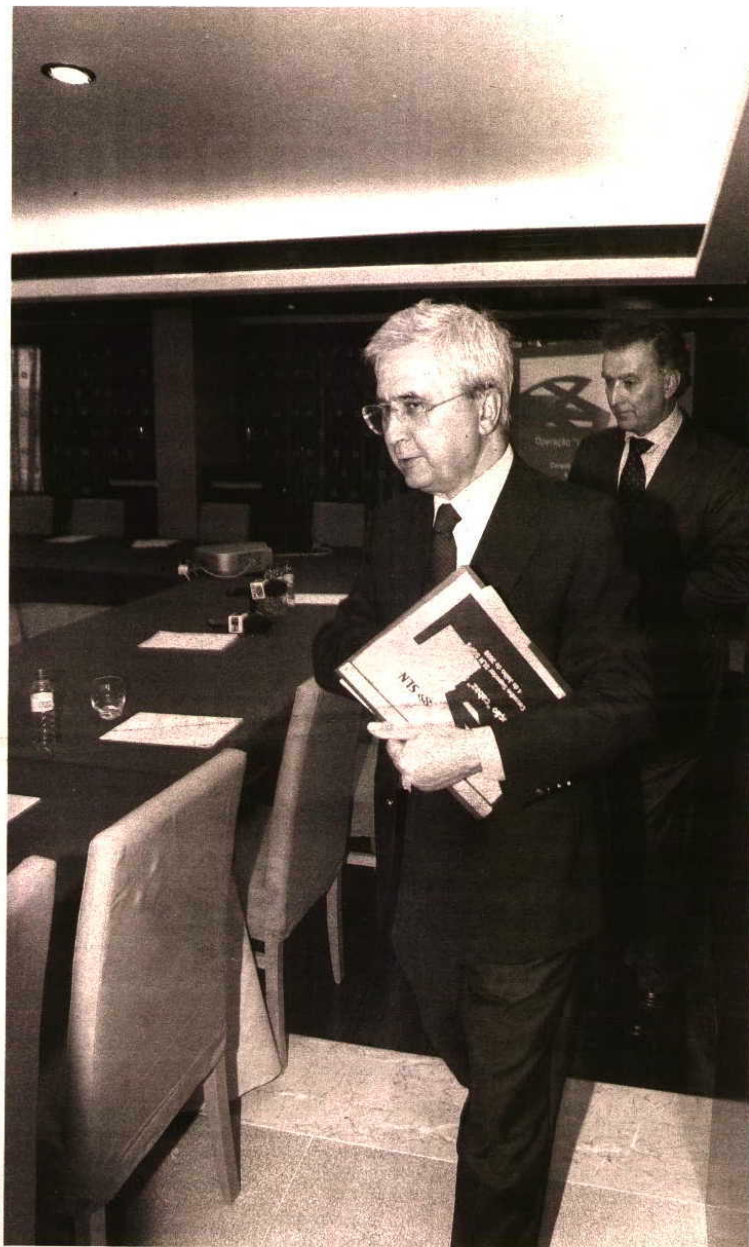
Novo aumento do Banco Efisa: previsto também para este ano e passa pela entrada de parceiro minoritário

"O conselho de administração da SLN decidiu que uma parte substancial da Operação Cabaz seria canalizada para aumentar o capital do BPN", explicou, no entanto, fonte oficial da SLN. Uma das recomendações feitas no início deste ano, pelo Banco de Portugal apontava precisamente para a necessidade de serem repostos os rácios de capital e solvabilidade do BPN. Indicadores que se poderão ter entretanto deteriorado ainda mais com o agravar, desde então, da crise financeira.

Efisa também sobe capital

O aumento de capital do BPN junta-se a outro feito recentemente no Banco Efisa, subscrito igualmente pelo seu único accionista, a SLN. O banco de investimento viu o seu capital reforçado em 3,25 milhões de euros para os 25,5 milhões. Neste caso, a operação aconteceu ainda em Agosto. Já depois disso, em Setembro, Cadilhe disse que seria feito um aumento de capital no Efisa, até ao final do ano. O responsável não referiu então a existência de um reforço feito em Agosto.

Em poucos meses, a SLN injectou já 98,25 milhões de euros nas suas participadas, praticamente o montante, de 100 milhões, que já encaixou com a primeira tranche do aumento de capital feito em Agosto (ver caixa). Para além do aumento de capital do BPN e do Efisa, a 'holding' subscreveu integralmente o aumento de capital de 15 milhões de euros feito já no final de Setembro na Real Vida Seguros. A necessidade de injectar capital em várias das suas sociedades foi, de resto, uma das razões do aumento de capital da SLN. ■



Miguel Cadilhe, líder da SLN, definiu o reforço de capitais como prioridade na reestruturação do grupo.

SLN pondera alienações no exterior

■ A SLN está a analisar as instituições financeiras que possui no exterior. A hipótese de uma futura alienação ou parceria poderá estar em estudo. A informação está disponível no 'site' que o grupo criou como montra dos seus activos e a partir da qual espera que possam surgir oportunidades de alienação de alguns negócios. Até agora, das doze áreas de negócio do grupo onde a SLN sugere possíveis oportunidades de compra, apenas as instituições financeiras no exterior estavam de fora. No 'site' SLN Focus figurava apenas uma mensagem dizendo

não existirem, de momento, oportunidades de negócio. Esta semana, a mensagem é já outra. No 'site' o grupo lembra que possui várias participações no exterior e adianta que "está em curso um processo preliminar de interacção e avaliação de oportunidades nesta área". Não foi, no entanto, possível obter, até ao fecho da edição, nenhum esclarecimento por parte da SLN. Entre os activos que o grupo possui no exterior está o BPN Brasil, detido em parceria com o angolano BAI, o BPN Créditos Brasil (crédito especializado), e, em Angola, a seguradora Nossa, onde possui 38% do capital.

BANCO EFISA

Reforço de capital em Agosto

3 milhões

REAL VIDA

Reforço em Setembro

15 milhões



Liberty estuda compra da Real Seguros

Aquisição. Seguradora do BPN interessa, mas depende do preço e das condições

A Liberty Seguros quer crescer em Portugal através de aquisições, estando a analisar a compra do negócio segurador do Banco Português de Negócios (BPN), afirmou à Lusa o presidente executivo da unidade portuguesa da empresa norte-americana, José António de Sousa.

“A Liberty foi uma das companhias convidadas a estudar o *dosier*. Este processo é liderado diretamente de Boston, pelo que aqui não temos qualquer informação sobre os detalhes da negociação”, afirmou o responsável.

No início de Setembro, o BPN revelou a sua lista de empresas a alienar, entre elas a Real Seguros, a seguradora do grupo, no âmbito do plano de reestruturação que a ad-

ministração de Miguel Cadilhe está a levar a cabo.

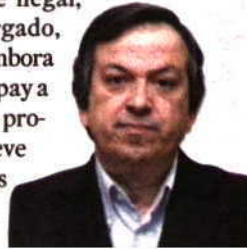
Até ao fim do ano, a Liberty vai investir na “abertura de duas delegações, para potenciar o crescimento orgânico”, e poderá avançar para a “compra de uma das várias seguradoras que estão a ser oferecidas ao mercado, caso os preços sejam razoáveis e a análise quanto à complementaridade das operações seja satisfatória”, refere. ■ LUSA



Deco apela ao boicote à rede Netpay do BPN

ATM. Rede de caixas automáticas do BPN cobra comissão por levantamento de dinheiro, mas sem informar clientes

A associação de defesa do consumidor Deco “desaconselha os consumidores a utilizar a rede de caixas automáticas Netpay, enquanto a informação não for prévia e clara”, disse ontem à agência Lusa o secretário-geral, Jorge Morgado. Tal como noticiou o DN na sexta-feira, o próprio BPN reconheceu a cobrança de comissões numa nota emitida a propósito de protestos que circulavam na Internet, onde esclareceu que estas revertem para as entidades emissoras dos cartões. A cobrança dessas taxas não é ilegal, admite Jorge Morgado, mas sublinha que, embora não seja a rede Netpay a cobrá-las, enquanto proprietária da rede deve ser ela a informar os utilizadores. ■





Cadilhe luta contra o tempo

A seguradora do BPN já tem várias ofertas de compra. As negociações vão agora começar



FOTO JOSÉ VENTURA

São muitas as movimentações à volta dos activos que o grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que controla o Banco Português de Negócios (BPN), colocou à venda. Nomeadamente, a seguradora e os 45% do capital do BPN.

O grupo precisa de resolver a situação dos seus activos e encontrar um rumo como do pão para a boca, mas o momento não podia ser pior.

A crise que se vive nos mercados financeiros não ajuda. O dinheiro está caro para quem precisa de manter uma actividade e aguentar um barco com muitas pontas soltas.

O grande problema continua a ser arrumar uma casa e limpar os passivos num ambiente de conjuntura adverso. Entre accionistas e quadros comenta-se que "talvez não fosse necessário colocar ao mesmo tempo todos os activos à venda". Mas Cadilhe terá outra visão e não quer perder tempo.

Esta semana terminou o período

ACTIVO 'SECRETO'

O que fazer com o Banco Insular

O Banco de Portugal está a olhar atentamente para as operações do grupo BPN em Cabo Verde, segundo apurou o Expresso. Em particular a que diz respeito ao Banco Insular, instituição de direito local que foi adquirida pelo grupo BPN em 2002 quando este comprou 80% da Fincor SGPS que eram de Garcia dos Santos. Ainda assim, o Banco Insular nunca foi oficial ou formalmente assumido pelo grupo. Questionada sobre este

facto, a SLN escusou-se por agora a responder. Por diversas vezes o Expresso contactou o grupo em Fevereiro e Abril deste ano, ainda durante o final do mandato de José Oliveira e Costa e também durante a gestão de Abdool Vakil. A resposta sobre o Banco Insular foi sempre a de que "só nos pronunciamos sobre entidades que pertencem ao grupo". As dúvidas persistem relativamente ao tipo de operações como crédito incobrável e financiamento a empresas e outras entidades feito via Banco Insular. Esta instituição tem um capital de €7 milhões, integralmente subscrito pela Insular Holding Limited.

do de entrada de ofertas não vinculativas para a compra da Real Seguros. Com propostas em cima da mesa contam-se já a Liberty, Allianz, Generali, Zurich, algumas mútuas espanholas e a portuguesa Açoreana, do Banif. "O preço fará toda a diferença, mas existem outras condições não menos importantes, como a possibilidade de o BPN continuar a ser o canal de distribuição", referiu fonte do grupo.

Após a recepção das propostas, Miguel Cadilhe e a sua equipa deverão seleccionar entre três a quatro seguradoras. O objectivo é concluir este dossiê até ao final do mês de Novembro.

A andar está também a entrada de capital no BPN. Ao Expresso, Miguel Cadilhe referiu que "há novidades", mas nada mais quis adiantar.

Quanto à questão colocada pelo Expresso relativamente ao facto de a SLN Valor ter accedido ao aumento de capital através da contratação de um empréstimo de emissão de papel comer-

cial no valor de €100 milhões, que foi colocado pelo BPN junto de alguns clientes com capacidade financeira, Miguel Cadilhe diz que fonte oficial da SLN Valor, o maior accionista da SLN, lhe comunicou que "tem meios disponíveis ou disponibilizáveis para a segunda tranche" e que "tem em aberto a negociação de uma solução estratégica que poderá passar por uma parceria com um grupo financeiro, ou uma outra opção de financiamento, que está garantida a 100%". Além do mais, "a SLN Valor oferece como garantia em qualquer financiamento os 258,5 milhões de acções da SLN que detém directamente".

Entre estas duas operações de financiamento, o Banif é referenciado por uma fonte próxima dos accionistas. Contactado, Horácio Roque, presidente deste grupo, descarta a possibilidade de entrar no capital do BPN e diz desconhecer "qualquer operação de financiamento aos accionistas da SLN Valor", embo-

ra diga que "este tipo de operações são perfeitamente normais. Os bancos estão habituados a montar este tipo de operações".

Petróleo em Angola

A SLN Internacional, através de uma posição de 20% no capital da Angola Consulting Resources (ACR), faz parte de um consórcio liderado por um grupo francês, a Technip, que negociou com a Sonangol a concessão do campo petrolífero de Gimboa. A boa nova é que o poço entrou recentemente em exploração e tem uma estimativa de produção de 450 mil barris. A ACR tem 15% do dito consórcio e participa também na concessão petrolífera de mais dois poços que se encontram em fase de prospecção: um «on-shore» em Cabinda e outro no bloco 17/06. Quanto a esta posição, não se conhecem intenções de venda.

ISABEL VICENTE
vicente@expresso.pt

São apenas 77 caixas automáticas, de um universo de 13 mil ATM, mas pode ser um precedente importante. Quem levantar dinheiro na rede NetPay paga como se estivesse no estrangeiro

BPN já cobra comissões na sua rede de ATM

PAULA CORDEIRO

Levantar dinheiro numa caixa automática pode dar direito ao pagamento de uma comissão. Isto se o consumidor o fizer numa das 77 ATM da rede NetPay.

A revelação da cobrança desta comissão é feita pelo próprio dono da rede NetPay – o Banco Português de Negócios (BPN). Em resposta a um e-mail que circula na Internet, o banco emitiu um esclarecimento explicando que são aplicadas taxas se o levantamento for feito com “cartões com a marca Multibanco e que são normalmente

77 ATM da NetPay

é o total de caixas automáticas que cobram taxa, contra as 13 mil do Multibanco

emitidos sob uma insígnia internacional – Visa ou Mastercard – que funcionam a crédito e a débito (vulgarmente designados por *duais* ou *mistos*) e permitem que em ATM Sibs (Multibanco) o cliente possa efectuar levantamentos a débito (*default*) ou a crédito”.

Ora, estes cartões correspondem a mais de 90% dos que circulam em Portugal, ou seja, cerca de 18 milhões. Trata-se daqueles que ostentam a marca Multibanco e são também Visa/Electron ou Mastercard/Maestro. Permitem levantar dinheiro a débito em Portugal e no estrangeiro e funcionam como *cash-advance* (levantamento a crédito), operação sujeita a comissão.

No caso dos levantamentos feitos com estes 18 milhões de cartões nas 77 ATM da rede NetPay, estes “são considerados pelas entidades emissoras dos cartões como *cash-advance* e são comissionados como tal pelas entidades emissoras dos referidos cartões”. A NetPay não usa o

processador nacional, a Sibs, e processa as suas operações no exterior.

O BPN, que não adianta o valor da comissão, diz que estas são cobradas pela Visa ou Mastercard. Mas não alerta os utilizadores da sua rede de ATM para o facto de estarem a pagar uma taxa sobre a operação. ■



BPN não informa que cobra comissão



PORTUGAL

JUSTIÇA. POLÉMICA ENVOLVE BANCO DE MIGUEL CADILHE

BPN julgado por burla

Uma ex-colaboradora garante que entre 2000 e 2003 angariou centenas de clientes para o banco e que este não lhe pagou as comissões. Terão sido feitos depósitos de 25 milhões de euros, alguns em *offshores*

ANTÓNIO JOSÉ VILELA

O Banco Português de Negócios (BPN) está a ser julgado num processo em que é acusado pela empresa NCSR, Enterprises, Consultadoria de Investimento e Gestão, SA de não pagar vários milhões de euros a Maria Silvério Rocha, uma angariadora de clientes que diz ter sido “obrigada” a contrair um empréstimo no próprio

BPN para “camuflar” os pagamentos das suas comissões. Na acção cível, cujo julgamento decorre desde Junho passado na 1.ª Secção da 7.ª Vara do Tribunal do Porto, a queixosa garante ainda que o objectivo do banco era iludir a fiscalização do Banco de Portugal. O BPN, através da directora de Relações Institucionais, Fernanda Correia, responde de forma lacónica à SÁBADO. “O BPN está tranquilo e a sentença irá demonstrar que procedemos dentro da legalidade.”

Em Junho passado, Maria Rocha foi ouvida durante mais de sete horas no tribunal cível do Porto. Na audição, acusou o BPN de actuar de forma “despótica” e “desonesta” em negócios que incluíam o pagamento de comissões para angariar clientes. No processo, que tem agendas para esta sexta-feira, dia 3 de Outubro, as alegações finais das partes, Maria Rocha garante que só no período de 2000/03 conseguiu arranjar centenas de clientes para o BPN. E que esses clientes realizaram 25 milhões de euros em aplicações financeiras (entre depósitos a prazo, aplicações em *offshores* e negócios com empresas do banco).

“O BPN insistiu em não pagar as comissões e propôs-me uma engenharia financeira que passava por um pseudo-financiamento que serviria para pagar as minhas comissões através de sucessivos perdões da dívida”, afirma Maria Rocha, que acabou por aceitar a proposta do BPN porque, sublinha, a intermediação que fazia assentava na ausência de contratos escritos, que “nunca podem existir neste tipo de negócios, por defesa da privacidade dos clientes”.

Certo é que a NCSR, SA acabou por ser financiada em 1,5 milhões de euros pelo BPN. O negócio foi concretizado em inícios de 2001, poucos dias após a criação da empresa. A queixosa acusa o BPN de ter chegado a reter-lhe coercivamente parte do empréstimo (250 mil euros) em fundos imobiliários do próprio banco, fundos esses que nem sequer teriam o capital garantido. No tribunal, Maria da Rocha questionou: “Qual seria a empresa que em seu pleno juízo aceitaria pagar 8% de juros sobre uma dívida de 300 mil contos [1,5 milhões de euros] e que aplicava 50 mil contos [250 mil euros] em fundos imobiliários do próprio banco cuja rentabilidade só poderia chegar aos 4%?!”

O BPN terá cobrado sucessivos juros durante anos. Nesse período, Maria Rocha garante ter continuado a angariar clientes para o banco, nomeadamente abrindo-lhe as portas em Angola. “O BPN sempre me disse que ia acertar as contas, mas que precisava de tempo. Ora eram as confusões internas, ora a fiscalização do Banco de Portugal.” Agora, a NCSR exige ao BPN o pagamento de uma indemnização de cerca de 10 milhões de euros. ●

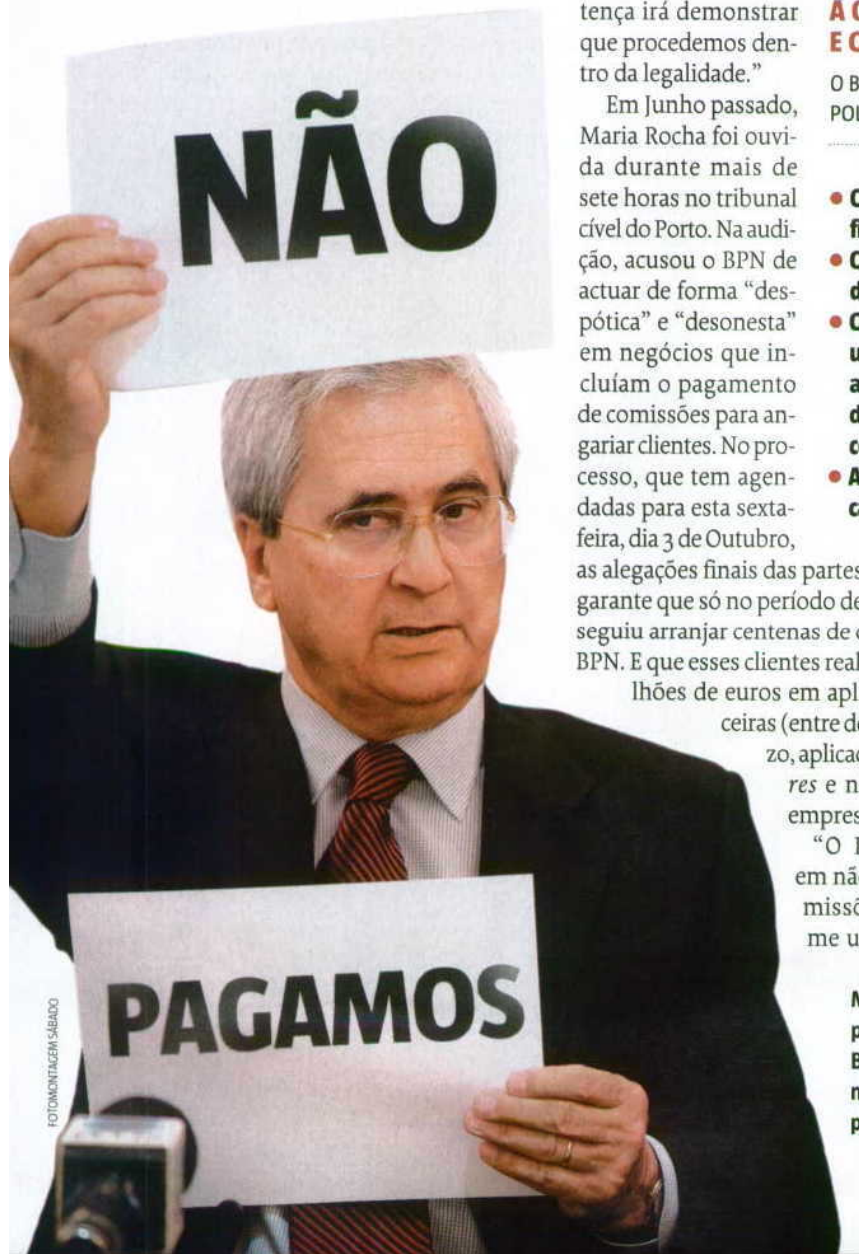
A GESTÃO DE OLIVEIRA E COSTA E OS CASOS POR RESOLVER

O BPN TEM UM HISTORIAL DE SITUAÇÕES POLÉMICAS QUE ESTÃO PARA DURAR

- O MP está a investigar fugas ao fisco na Operação Furacão
- O Banco de Portugal exigiu a lista de entidades que controlam o BPN
- O PGR recebeu uma queixa sobre uma alegada venda fictícia de acções da Sociedade Lusa de Negócios, entidade que controla o banco
- A PJ fez cinco arguidos num caso de extorsão ao BPN



Miguel Cadilhe, presidente do BPN, herdou mais um caso polémico





Pedro Aperta

BANCA

Núcleo duro do BPN negocia parceria estratégica com banco nacional

Acordo pode resultar em fusão quando o banco de Cadilhe for para a bolsa, em 2010

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

A SLN Valor, "holding" que reúne o núcleo duro de accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém a totalidade do Banco Português de Negócios (BPN), está a negociar uma possível parceria estratégica com um banco nacional. Esta instituição poderá mesmo transformar-se num dos accionistas de referência do BPN, no âmbito do aumento de capital que este banco vai realizar até ao final do ano, adiantou Alberto Figueiredo, presidente daquela sociedade, ao **Negócios**, recusando-se, no entanto, a revelar a identidade do interlocutor da SLN Valor.

"Trata-se de uma entidade financeira portuguesa que está interessada em fazer uma parceria com o nosso grupo, por um período de dois a três anos", esclareceu o gestor. Caso a parceria avance, no final deste prazo, as duas partes avaliarão a oportunidade de avançar com uma fusão entre as duas instituições.

"Há a intenção de colocar o BPN em bolsa no final de 2010, como já referiu o Dr. Miguel Cadilhe [presidente da SLN e do BPN]. Uma possível fusão nunca se faria antes dessa data", frisou Alberto Figueiredo. Esta integração terá de ser decidida "na altura própria" e implicaria uma "avaliação dos dois bancos".

Num horizonte temporal mais curto, o banco que está a discutir a parceria com a SLN Valor pode passar a ser accionista do BPN.

O mesmo responsável não exclui a possibilidade de aquela instituição poder participar no aumento de capital do Português de Negócios, operação que levará à abertura de um máximo de 45% do capital do banco a investidores de referência, assim como a clientes, colaboradores e ac-

cionistas da SLN, que ficarão sempre com uma parcela de menor dimensão.

Parceria é alternativa para financiar SLN Valor

A parceria para o BPN está a ser discutida no âmbito da negociação do financiamento bancário de 50 milhões de euros que a SLN Valor pretende contratar para poder participar no esforço de capitalização da Sociedade Lusa de Negócios. Tal como o **Negócios** noticiou há algumas semanas, este empréstimo vai permitir àquela "holding" pagar a última tranche da sua participação na operação "Cabaz", que permitiu à SLN reforçar os seus fundos próprios em 300 milhões de euros.

Este montante foi garantido através de um aumento de capital e da venda de ações próprias da SLN, mas será entregue em três momentos diferentes. A primeira tranche foi liquidada a 1 de Agosto e as próximas serão pagas a 31 de Outubro e a 31 de Março. No âmbito desta operação, a SLN Valor – "holding" detida por investidores como o próprio Alberto Figueiredo, além de Manuel Neves dos Santos, Adelino Silva, Joaquim Coimbra, Almiro Silva, entre outros – aumentou a sua participação na SLN, de 31% para 45%. Já o Grupo Valouro passou a ter uma participação de 5%.

Segundo Alberto Figueiredo, as negociações referentes à possível parceria estratégica deverão estar concluídas ainda este mês. No limite, caso os contactos fracassem, a SLN Valor avançará com outra solução para financiar a última tranche da sua participação na operação "Cabaz". Esta alternativa, como o **Negócios** já revelou, está 100% garantida. E tal como as negociações com o possível parceiro, tem luz verde do Banco de Portugal.

O que fez Cadilhe em 4 meses

• **Agosto:** Foi lançada a operação "Cabaz", que permitiu reforçar os fundos próprios da SLN em 300 milhões, através de aumento de capital e venda de ações próprias.

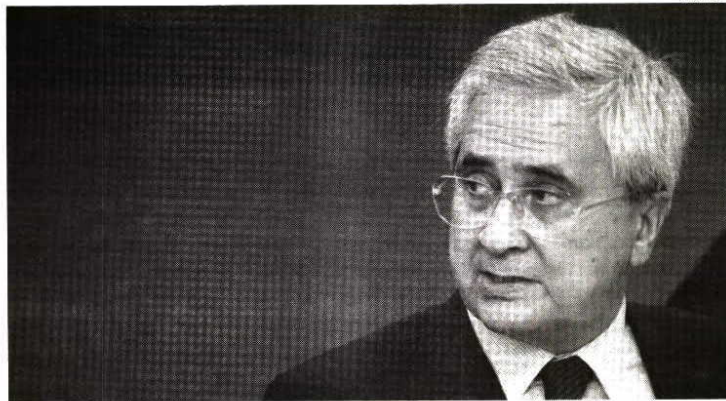
• **Setembro:** Revelação pública do Plano de Reestruturação e Valorização do grupo e início do processo destinado a vender activos não estratégicos.

• **Outubro:** Este mês deve ficar concluída a primeira fase da auditoria extraordinária solicitada à Deloitte.

• **Dezembro:** Data prevista para a separação das áreas financeira e não financeira, aumento de capital do BPN, primeira fase de venda de activos não estratégicos e melhoria da oferta comercial do BPN.

SEGUROS

Seguradora vida do BPN duplica capital para 30 milhões



Miguel Cadilhe | Seguradora vida faz parte da lista de activos que o presidente da SLN admite vender.

€ 15 milhões

Valor do reforço de capital da Real Vida Seguros.

1% mercado vida

Real Vida é responsável por cerca de 1% da produção do sector.

Maria João Gago

mjgago@mjgago

A Real Vida Seguros, companhia do universo Banco Português de Negócios (BPN), aumentou o seu capital em 15 milhões de euros. A operação, que resultou na duplicação do capital social da empresa para 30 milhões, foi integralmente subscrita pelo BPN SGPS, "holding" que detém 100% da seguradora.

Fonte oficial da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), grupo que controla o BPN, não quis fazer comentários sobre esta operação. Mas o reforço de fundos próprios não deverá ser alheio ao facto de, desde Janeiro, o sector segurador ter adoptado as novas normas internacionais de contabilidade (NIC), que impõem a contabilização dos investimentos ao valor de mercado.

A entrada em vigor das NIC já levou outra companhia de seguros portuguesa, a Açoreana, a aumentar capital. No final de Junho, a seguradora do Grupo Banif, aumentou o capital em 21 milhões de euros para "reforçar a margem de solvência e a solvabilidade da companhia, que foram afectadas pela alteração da contabilização dos investimentos, pela adopção da IAS, em que a variação do valor de mercado da carteira de investimentos é registada em capitais próprios".

O próprio presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), Pedro Seixas Vale, já chamara a atenção para o facto de as NIC serem um dos grandes desafios que se colocam às companhias de seguros em 2008, podendo afectar também os seus resultados.

Os números do primeiro semestre da Real Vida Seguros, um dos activos que a SLN admite vender, não são conhecidos. No ano passado os resultados da companhia caíram quase 80%, para 429 mil euros. De acordo com a informação disponibilizada publicamente pela SLN, a empresa tem uma quota de mercado de 1% e uma base de mais de 77 mil clientes.